

PRESTON, P.W., *Political/Cultural Identity. Citizens and Nations in a Global Era*, London: Sage, 1997, 198 p.

A obra em epígrafe é uma abordagem teórica ao conceito de Identidade político-cultural aplicado ao contexto espacio-temporal da emergência do sistema global tripolar (genericamente, a partir da queda do muro de Berlim em 1989).

A obra é predominantemente teórica sendo o material empírico aduzido considerado subsidiário. Desse ponto de vista, o autor enquadra o seu discurso na tradição da teoria social clássica e, em particular, na preocupação já evidenciada no âmbito daquela de explicar as dinâmicas da mudança social complexa.

O texto divide-se em oito capítulos podendo estes ser agrupados em três partes. Na primeira (capítulos 1 a 4) de pendor teórico, o autor introduz o problema, revê as teorias existentes no âmbito a que se reporta e apresenta definições de identidade político-cultural; na segunda (capítulos 5 a 8) abordam-se concretamente as renovações das identidades político-culturais inerentes às mudanças globais do sistema mundial, sendo detalhadas as transformações ocorridas em cada um dos espaços do sistema tripolar – Europa, Estados Unidos e Ásia-Pacífico. Na terceira (capítulo 9) os conceitos de *lugar*, *rede* e *memória*, avançados na primeira parte, são utilizados como pólos agregadores do discurso conclusivo.

Sendo assim, o foco do texto é a mudança operada ao nível das identidades político-culturais dos indivíduos (agentes), no contexto das mudanças estruturais despoletadas pela emergência do sistema tripolar. O autor tem então que discutir, à partida, a tensão agentes-estrutura, evidenciada na análise das dinâmicas societais. Não excluindo nenhum dos dois, diz no entanto que vai começar por apresentar uma perspectiva de análise que evidencia o papel dos agentes sociais. Assim fazendo, opta por uma abordagem que classifica de etnográfica/biográfica, centrada nos agentes, e que toma por eixos da identidade os conceitos de *lugar*, *rede* e *memória*.

O conceito de identidade é apresentado sob uma perspectiva que ressalta o carácter mutável, plástico da mesma, embora o autor se reclame de um modernismo “céptico”, ou crítico, o qual salva as identidades da diluição pósmodernista, ao fixar-lhes um resíduo fundamental (sociabilidade e razão) e ao afirmar ser a mudança um processo relativamente lento.

A ideia de *identidade político-cultural* é apresentada pelo autor como *uma resposta particular à questão, mais vasta, acerca da relação indivíduo-colectividade* (p. 8). Concretamente, é aquela em que as perspectivas do indivíduo se expressam dentro da esfera pública. Ela evidencia as respostas dos agentes aos condicionalismos da estrutura. Pode ser detectada, recorrendo-se aos conceitos avançados pelo autor de: *lugar (locale)* – é o espaço quotidiano da pessoa e da sua relação com o grupo/grupos imediatos; *rede (network)* – é a rede arborescente de relações que a pessoa integra a partir dessa posição inicial e que, em última análise, a ligam à colectividade (entendida esta como comunidade política substantiva); *memória (memory)* – é o repositório das experiências sucessivas da identidade, sejam as formalmente fixadas pela colectividade em formatos estereotipados, sejam as directamente resultantes das experiências pessoais da identidade.

Para o autor, a identidade é um objecto de carácter multidisciplinar, devendo, por isso, a sua abordagem transcender as perspectivas particulares da identidade apresentadas por cada uma das Ciências Sociais, as quais cindem o objecto, optando-se, contrariamente, por uma perspectiva integradora que articule as suas diferentes partes.

Essa é identificada como sequência da tradição da teoria social clássica, fazendo o autor a aproximação ao campo, actual, dos *cultural studies*. Serve-se assim de definições de cultura que se centram no quotidiano, nos modos de vida comuns, nos significados atribuídos pelos sujeitos às acções e às coisas, nas narrativas do eu, filiando-se nas perspectivas de G. Turner, F. Inglis, C. Geertz e N. Long. Propõe assim uma leitura das identidades como um *processo individual substantivo de auto-localização no mundo social* (p. 43) e conclui que tal proposta pressupõe uma abordagem biográfica e etnográfica, apontada para as rotinas do quotidiano e centrada nos conceitos de *lugar, rede e memória* enunciados acima.

Ao capítulo 5, o autor começa a abordagem da identidade político-cultural pela perspectiva das estruturas enformadoras, tomando como ponto de referência os três pólos do sistema mundial – Europa, USA e Ásia-Pacífico. Dada a vastidão do objecto, Preston salienta o intuito interpretativo-crítico condutor da síntese apresentada, uma vez que não cabem, no quadro de tão ampla generalização, descrições exaustivas.

Salienta, na sequência, e no quadro das modificações ocorridas no sistema mundial a partir dos finais da década de 80, as linhas de força dessas

estruturas, agregadas de acordo com diferentes teorias interpretativas. Apresenta o mundo do presente como um vasto mercado, pautado, a todos os níveis, pela lógica do consumismo; alternativamente, aduz a tese de que as unidades políticas existentes sejam os repositórios de identidades étnicas/culturais passíveis de suscitar exclusivismos; uma terceira possibilidade é ainda aventada, a da leitura do mundo actual como um poderoso e dinâmico sistema industrial-capitalista cada vez mais integrado. Independentemente das diferentes argumentações das diversas teorias interpretativas, o autor salienta, como tendências gerais: a integração a nível global (do sistema financeiro às TNCs); a regionalização, ao mesmo nível, com a definição das supracitadas três áreas; a exclusão de espaços intersticiais que caem fora dos blocos referidos.

Nos capítulos seguintes apresenta mudanças operadas, a nível estrutural, nas identidades político-culturais de cada um dos três pólos mencionados. Na Europa, assinala a tendência para o reforço da unificação, no espaço da União Europeia, o colapso da Europa de Leste e a reformulação subsequente; dos dois, retira a hipótese prospectiva de uma “qualquer” solução futura de unidade europeia. Nos USA, evidencia os efeitos do fim da bipolarização, que terão gerado, para além de alterações de carácter económico, perplexidades no *americanismo* ideológico. Na Ásia- Pacífico, salienta os efeitos positivos da evolução recente, do ponto de vista económico; admite, também aí, uma progressiva integração (económica, social, cultural) do bloco regional, em torno da centralidade japonesa.

Na parte final o autor recupera o nível etnográfico/biográfico das identidades político-culturais para reflectir acerca do impacto das mudanças estruturais sobre aquelas. Admite que, apesar da lentidão da mudança no quotidiano dos homens, uma maior fluidez se fará sentir, doravante, nos padrões das identidades. O movimento no sentido da *alta modernidade* (Giddens) trará consigo cosmopolitismo, cepticismo e tolerância. As identidades político-culturais adquirirão, admite, um carácter mais imediato (pelo reforço das instâncias locais em detrimento das nacionais) atenuado (pelo declínio das ideologias) e fragmentado (pela multiplicidade crescente de instâncias de referência).

Em suma: tomando as próprias palavras do autor, é esta uma obra de síntese interpretativa, que se recorta na tradição da teoria social, ao adoptar um posicionamento multidisciplinar, eticamente comprometido (o prolongamento do projecto modernista) e prospectivo. A originalidade e eventualmente o

interesse primordial do texto reside na tentativa ensaiada pelo autor de percorrer a realidade económica, social, política, cultural desde a identidade do indivíduo (enquanto ser social) até à generalização última assente no discurso interpretativo acerca do sistema global. Sem optar pelo agente em detrimento da estrutura, ou vice-versa, ensaia um modelo teórico integrado que visa a compatibilização das duas forças. Em aberto, ficam os caminhos concretos da operacionalização de tal modelo, trilho que, declaradamente, o autor não pretendeu percorrer.

CLÁUDIA RAMOS